Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar
WAGNER ROSÁRIO
Ministro Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União

JOSÉ MARCELO CASTRO DE CARVALHO
Secretário-Executivo Substituto

ANTÔNIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA
Corregedor-Geral da União

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

GILBERTO WALLER JUNIOR
Ouvidor-Geral da União

CLAUDIA TAYA
Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção
CONFECÇÃO DO MANUAL ORIGINAL

EQUIPE TÉCNICA:
   Edilson Francisco da Silva
   Edson Leonardo Dalescio Sá Teles
   Érika Lemancia Santos Lôbo
   Márcia Elizabeth Santos de Oliveira
   Regis Xavier Holanda
   Sabrina Pitacci Simões

1ª ATUALIZAÇÃO E REFORMULAÇÃO – 24.09.2015

GRUPO DE TRABALHO – Portaria CRG n.º 1469/2015
   Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega
   Anália de Souza Machado Cortes
   Camilla Del’Isola e Diniz
   Carla Rodrigues Cotta
   Daniel Aguiar Espínola
   Márcio de Aguiar Ribeiro
   Roberta Cariús Siqueira

ATUALIZAÇÃO
   Coordenação-Geral de Normas e Capacitação
Sumário

INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ...................................................... 1
INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS ...................................................................................... 10
OITIVA DE TESTEMUNHA .............................................................................................................. 20
DILIGÊNCIAS ................................................................................................................................. 38
INTERROGATÓRIO DO ACUSADO ................................................................................................. 57
INDICIAÇÃO .................................................................................................................................. 65
DEFESA ESCRITA ............................................................................................................................. 72
RELATÓRIO ..................................................................................................................................... 79
Julgamento ..................................................................................................................................... 84
REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ..................................................... 91
ACUMULAÇÃO ILÍCITA .................................................................................................................... 94
RELATÓRIO ..................................................................................................................................... 99
Modelos

Instauração do Processo Administrativo Disciplinar
O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 143, 148 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (PRESIDENTE), (cargo), matrícula SIAPE nº___; (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____; e (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____; para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº ________, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade

PORTARIA CONJUNTA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE-1) e o (AUTORIDADE COMPETENTE-2), no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 143, 148 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolution:

Art. 1º - Designar (PRESIDENTE), (Cargo) matrícula SIAPE nº_____; (MEMBRO), (Cargo), matrícula SIAPE nº_____; e (MEMBRO), (Cargo), matrícula SIAPE nº_____; para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº_______, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE-1) (AUTORIDADE COMPETENTE-2).
MEMORANDO-CPAD Nº __/__

Em _ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ____, de __ de ___ de ____, (BS de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº ____, informo a Vossa Senhoria a necessidade de dilatação do prazo inicialmente estipulado para a conclusão dos trabalhos, diante do que se expõe a seguir:

   (Neste tópico, faz-se referência aos atos já praticados pelo colegiado e aos motivos que justificam a dilatação do prazo inicialmente estipulado para os trabalhos)

2. Diante do exposto, em benefício da elucidação dos fatos e da efetiva busca da verdade, solicito a prorrogação do prazo anteriormente estabelecido, por igual período.

   Atenciosamente,

   …………………………………………………………………

   (Nome e assinatura do presidente da comissão)

   Presidente
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), com fundamento nos arts. 143, 148 e 152, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada no (Boletim de Serviço/D.O.U.) nº ____, de __ de ____ de ____, referente ao Processo nº __________, ante as razões apresentadas no Memorando nº __________, de __ de ____ de ____.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
Modelo de Portaria - Ultimação:

MINISTÉRIO________

Órgão/Entidade

PORTARIA N.º , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL); e tendo em vista o disposto nos arts. 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (PRESIDENTE), (Cargo) matrícula SIAPE nº___; (MEMBRO), (Cargo), matrícula SIAPE nº _____; e (MEMBRO), (Cargo), matrícula SIAPE nº ______; para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à ultimação dos trabalhos pertinentes ao processo nº. ____________, abrangendo os atos e fatos conexos que emergirem no curso da apuração.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
Modelo de Portaria - Substituição de Membro:

MINISTÉRIO

Órgão/Entidade

PORTARIA N.º , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____, para, em substituição a (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº ____, de _ de ___ de ___, publicada no (Boletim de Serviço/D.O.U.) nº ____, de _ de ___ de ___, referente ao Processo nº ________.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
Modelo de Memorando – Solicitação de afastamento preventivo:

MINISTÉRIO___________

Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD N° ___/___

Em _ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de afastamento preventivo de servidor

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ____, de __ de __ de __ (BS de __/__/__), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº __________, apresento pedido de concessão de medida cautelar consistente no afastamento preventivo do (a) acusado (a) _________ de suas funções, com restrições de acesso a documentos, sistemas e ao local de exercício, com fundamento no art. 147 da Lei nº 8.112/90, em razão dos seguintes motivos:

   a) o acusado (a) ocupa a função de ________________, com livre acesso ao local, a documentos e a sistemas eletrônicos que armazenam e que podem comprovar as supostas irregularidades apuradas neste Processo;

   b) no exercício de suas funções, há possibilidade do acusado destruir, ocultar ou dificultar a coleta de elementos de prova, bem como influenciar os teores de testemunhos;

   c) (especificar outros elementos motivadores relativos ao caso concreto).

2. Pelo exposto, requeiro a Vossa Senhoria a concessão do afastamento preventivo do acusado _______de suas funções, pelo prazo de _____(prazo por extenso) dias.

Atenciosamente,

.............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
O (AUTORIDADE INSTAURADORA), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto no art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar, preventivamente, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de ___ (por extenso) dias, o servidor ____________, matrícula SIAPE _______, do exercício do cargo de ________, a fim de evitar influência na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº ___, de ___, publicada no _____ (Boletim Interno ou Diário Oficial), de ___ de ___ de ___.

Art. 2º - Fica proibido o acesso do mencionado servidor às repartições internas deste Órgão, bem como o acesso a sistemas eletrônicos internos, posse de equipamentos e de documentos durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE INSTAURADORA)
Modelos

Instalação e Início dos Trabalhos

Notificação do Acusado
MINISTÉRIO___________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DOS TRABALHOS

Aos _____ dias do mês de ____________ de ________, no (Órgão), no (Endereço),
(Cidade/Estado), com horário de funcionamento de ____________, presentes (nome do
presidente), (nome do 1º vogal) e (nome do 2º vogal), respectivamente presidente e membros
da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº ___, de ___ de
______ de ____, foram iniciados os trabalhos destinados à apuração dos fatos mencionados no
Processo nº ____________________________, deliberando-se por:

• encaminhar memorando à autoridade instauradora e ao titular da unidade em que
ocorreram as irregularidades, informando acerca do início dos trabalhos da presente comissão;
• providenciar cópia dos autos (meio físico ou digital);
• designar como secretário da comissão o servidor _______________________________; e
• realizar a leitura dos autos.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo
presidente e pelos membros.

_______________________________________________
Presidente

_______________________________________________
Membro

_______________________________________________
Membro
Modelo de Memorando – Comunicação da instalação e do início dos trabalhos:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº ___/___

Em __ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Comunica a instalação e início dos trabalhos

1. Na condição de presidente da comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por meio da Portaria nº ____, de __ de ______ de _____, publicada no BS nº ___, de __ de ______ de _____, para apurar os fatos constantes do Processo nº _____________.

bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, COMUNICO a Vossa Senhoria que a comissão deu início aos seus trabalhos, em __ de _______ de ____, encontrando-se instalada no (endereço), (Cidade/Estado), com horário de funcionamento ____________ horas, de segunda a sexta-feira.

Atenciosamente,

...................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Modelo de Portaria - Designação de secretário:

MINISTÉRIO

Órgão/Entidade

PORTARIA CPAD Nº , DE DE DE .

O presidente da comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº , de (data), publicada no BS nº , de de de , com o objetivo de apurar as possíveis irregularidades constantes do Processo nº, bem como outros atos e fatos conexos que emergirem no curso da apuração, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (Servidor Público), (Cargo), matrícula SIAPE nº , para desempenhar as funções de Secretário da referida comissão.

______________________________
Presidente
Modelo de Ata de Deliberação – Realização de busca apreensão de computadores:

MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ______ dias do mês de ______________ de __________, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________, deliberou-se por:

a) comunicar à autoridade instauradora a realização de busca e apreensão de computadores e mídias eletrônicas de propriedade e posse deste Órgão, (especificar o local a ser realizada a busca e apreensão), em razão de ________________ (explicitar);

b) notificar o acusado da deliberação acima após a realização da diligência.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

________________________________________
Presidente

________________________________________
Membro

________________________________________
Membro
Modelo de Notificação – ciência ao servidor da situação de acusado:

MINISTÉRIO

Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

O presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº _____, de _____ de _____________ de _______, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ____ de _____________ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº __________________, e fatos conexos, vem à presença de Vossa Senhoria, NOTIFICÁ-LA de que se encontra na situação de ACUSADO, com fundamento no art. 156 da Lei nº 8.112/90.

Assim sendo, Vossa Senhoria poderá acompanhar o processo pessoalmente ou por procurador, podendo ter vista dos autos, arrolar testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

No caso de solicitação de provas testemunhais, requer-se que seja apresentado rol de testemunhas no qual deve ser esclarecida a pertinência de cada oitiva em breve arrazoado e que deverá conter, tanto quanto possível, o nome completo da testemunha, cargo ou emprego ocupado (se for o caso), endereços residencial e comercial e telefones para contato.

Ressalto que, juntamente com a presente notificação, segue cópia integral do Processo nº __________________, contendo fls. 01 a ___.

Por fim, ressalto que a comissão encontra-se funcionando de segunda a sexta-feira, das ________ horas, no local acima mencionado.

Atenciosamente,

Local, ___ de _____________ de ________.

...........................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em ___/___/201_.

...........................................................
(Nome e assinatura do acusado)
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O (A) Presidente da Comissão designada pela Portaria n.º ________, de ___ de ___________ de ________, publicada no D.O.U. de ___ de ___________ de ________, que teve como último ato a Portaria n.º __________, de ___ de ___________ de ________, publicada no D.O.U. de ___ de ___________ de ________, todas do ___________________________________, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no caput do artigo 156 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. art. 256 do Código de Processo Civil, NOTIFICA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, o Sr. ________________________________, CPF __________________, sobre sua condição de acusado nos autos do Processo nº _________________, intimando-o (a) a comparecer, no prazo de 05 (cinco) dias, à sede deste Órgão (sito a ___________________________________), a fim de tomar ciência dos fatos apurados.

Os autos desse mencionado processo podem ser consultados, em horário comercial, também na sede deste Órgão.

.............................................................................
(Nome do presidente da comissão)
Presidente
Modelo de Memorando - Comunicação da notificação prévia do acusado à autoridade instauradora:

MINISTÉRIO
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº __/__

Em ___ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Comunica a notificação prévia de acusado

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada para apurar os fatos constantes no Processo nº ___________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, COMUNICO que, no dia _____________, mediante a lavratura da Ata de Deliberação, foi decidido por notificar previamente, na condição de acusados, os seguintes servidores: ____________________________________________

Atenciosamente,

…………………………………………………………………….

(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
Modelo de Memorando – Comunicação da notificação prévia do acusado ao titular da unidade:

MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)

MEMORANDO-CPAD Nº ____/____

Em __ de __ de ___

Ao Sr. (cargo do titular da unidade de exercício)

Assunto: Comunica a notificação prévia de acusado

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada para apurar os fatos constantes no Processo nº ________________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, COMUNICO que, no dia ________________, mediante a lavratura da Ata de Deliberação, foi decidido por notificar previamente, na condição de acusados, os seguintes servidores: ____________________________________________________________.

2. Informo que, nos termos do art. 172 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, encontra-se vedada a concessão de aposentadoria voluntária ou exoneração a pedido dos servidores citados antes de concluído o presente processo.

3. Ademais, solicito que essa comissão seja consultada previamente sobre a possibilidade de se autorizar a concessão de férias ou quaisquer outros afastamentos que a lei atribua à Administração o poder discricionário para seu deferimento, enquanto necessário o comparecimento dos servidores acusados perante a comissão, sob pena de prejudicar o andamento do processo.

Atenciosamente,

...........................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
Modelo de Memorando - Comunicação da notificação prévia do acusado ao setor de recursos humanos e solicitação de cópia de assentamentos funcionais:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº ___/___

Em _ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo do titular do setor de recursos humanos)

Assunto: Solicitação de cópias de documentos

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada para apurar os fatos constantes no Processo nº ____________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, COMUNICO que, no dia ____________, mediante a lavratura da Ata de Deliberação, foi decidido por notificar préviamente, na condição de acusados, os seguintes servidores: ________________________________.

2. Informo que, nos termos do art. 172 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, encontra-se vedada a concessão de aposentadoria voluntária ou exoneração a pedido dos servidores citados antes de concluído o presente processo.

3. Ademais, solicito que essa comissão seja consultada previamente sobre a possibilidade de se autorizar a concessão de férias ou quaisquer outros afastamentos que a lei atribua à Administração para seu deferimento, enquanto necessário o comparecimento dos servidores acusados perante a comissão, sob pena de prejudicar o andamento do processo.

4. Igualmente, requisito à Vossa Senhoria, que disponibilize cópia dos assentamentos funcionais dos servidores acima relacionados, onde constam penalidades eventualmente aplicadas, inclusive informando os locais de lotação e exercício pelos quais os servidores já laboraram neste Órgão. Alerta-se que tais assentamentos não se restringem à listagem do conteúdo das pastas, e sim envio de cópias de todos os documentos arquivados.

Atenciosamente,

.............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
Modelos

Oitiva de Testemunha
Modelo de Ata de Deliberação – Realização de oitivas de testemunhas:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ___ dias do mês de ____________ de ________, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ________, deliberou-se por:

   a) proceder às oitivas das testemunhas a seguir nominadas:
       .................................................................. (Nome, data da oitiva, horário, local)
   b) comunicar aos respectivos chefes da repartição acerca das oitivas dos servidores públicos arrolados no item anterior;
   c) notificar os acusados das oitivas de testemunhas arroladas no item “a”.

________________________________________
Presidente

________________________________________
Membro

________________________________________
Membro
Modelo de Ata de Deliberação – Questionamento ao acusado sobre a motivação para oitivas de determinadas testemunhas:

MINISTÉRIO
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos _____ dias do mês de __________ de ______, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________, deliberou-se por:

a) solicitar ao acusado __________ que motive a necessidade de oitivas das seguintes testemunhas por eles arroladas:

b) solicitar que especifique nome completo, endereço, profissão, telefone e outras informações necessárias para que a comissão contate a testemunha arrolada.

__________________________
Presidente

__________________________
Membro

__________________________
Membro
Modelo de Intimação – Questionamento ao acusado sobre a motivação para oitivas de determinadas testemunhas:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. 
......................... (nome do acusado)
......................... (unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
designada pela Portaria nº ___, de ___ de _______ de _____, publicada no (Boletim de
Pessoal/DOU), de ___ de _______ de _____, constituída para apurar irregularidades
constantes do Processo nº ____________________ e fatos conexos,
e com fulcro no art. 156 da
Lei nº 8.112/90, SOLICITO a Vossa Senhoria que
motive a necessidade de oitiva das seguintes
testemunhas requeridas ___________________ e que especifique nome completo, endereço,
profissão, telefone e outras informações necessárias para que a comissão consiga, se for o caso,
intimá-las para prestar depoimento.

Local, ___ de ____________ de 201___.

...............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em ___/___/201___.

...............................................................................
(Nome e assinatura do acusado)
Modelo de Ata de Deliberação – Indeferimento da realização de oitivas de determinadas testemunhas:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ____ dias do mês de ____________ de ________, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________, deliberou-se por: rejeitar a solicitação das oitivas das testemunhas ____________________ indicadas pelo acusado __________________, tendo em vista (não apresentação de justificativas dos motivos pelos quais foram arrolados os servidores/particulares) OU (o caráter protelatório, impertinente e de nenhum interesse para os esclarecimentos dos fatos, consoante se demonstra pelos seguintes fundamentos: ________________________).

____________________________
Presidente

____________________________
Membro

____________________________
Membro
MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. (nome e matrícula do servidor)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
designada pela Portaria nº ____ de __ de ______ de _____, publicada no (Boletim de
Pessoal/DOU), de ___ de ______ de _____, constituída para apurar irregularidades
constantes do Processo nº ____________________________ e fatos conexos, e tendo em vista o disposto
no art. 157 da Lei nº 8.112/90, INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta comissão, que
se encontra instalada na ........................................... (rua, número, andar e sala onde funciona a
comissão), às .... horas do dia ...... de ............ de 201__, a fim de prestar depoimento sobre atos e
fatos constantes do processo administrativo disciplinar nº ____________________________ (indicar o nº do
processo).

Local, de .................... de 201__.

..........................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente

Ciente em __/__/201__.

..........................................................
(Nome e assinatura do servidor)
MINISTÉRIO

Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________
(Endereço)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. (nome do particular)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº __, de ___ de ______ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ___ de ______ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo n° ________________ e fatos conexos, e tendo em vista o disposto no art. 157 da Lei nº 8.112/90, INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante esta comissão, que se encontra instalada na ______________________ (rua, número, andar e sala onde funciona a comissão), às .... horas do dia ....... de ........ de 201__, a fim de prestar depoimento sobre atos e fatos constantes do processo administrativo disciplinar n° ______________________________ (indicar o nº do processo).

Importa destacar que, tendo em vista o art. 4º, inciso IV, da Lei nº 9.784/99, é dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Local, de ................... de 201__.

............................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em ___/___/201__.

............................................................
(Nome, CPF e assinatura do particular)
Modelo de Memorando – Comunicação de oitiva de testemunha servidor público ao chefe da unidade:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº __/____

Em __ de ___ de 201__

Ao Sr. (cargo do titular da unidade de exercício)

Assunto: Comunicação de oitiva de testemunha

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____ (BS de ___/____/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descrítas no Processo nº ________e tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 157 da Lei nº 8.112/90, COMUNICO a Vossa Senhoria, que o servidor ................................................................. (nome, cargo, lotação e matrícula), lotado e em exercício na ............................................. (indicar o nome da repartição - Delegacia, Divisão, Seção, etc.), foi, de acordo com o caput do referido artigo, intimado para depor como testemunha perante esta comissão de Processo Administrativo Disciplinar que se encontra instalada na .................................................... (indicar o endereço: edifício, rua, nº, andar e sala onde funciona a comissão), às ..... horas do dia ...... de .............de 201__.

Outrossim, solicito as providências de Vossa Senhoria com vistas ao comparecimento do referido servidor no dia e hora marcados.

Atenciosamente,

.................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

NOTIFICAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
designada pela Portaria nº ____, de ____ de ________ de ________, publicada no (Boletim de
Pessoal/DOU), de ____ de ________ de ________, constituída para apurar irregularidades
constantes do Processo nº ____________________ e fatos conexos, e com fulcro no art. 156 da
Lei nº 8.112/90, COMUNICO a V. Sa. que esta comissão estará procedendo à oitiva da(s)
testemunha(s) abaixo, no dia e horário que se lhe(s) segue(s):

<table>
<thead>
<tr>
<th>(nome da testemunha)</th>
<th>(data da oitiva)</th>
<th>(horário da oitiva)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Saliento que essa(s) oitiva(s) será(ão) realizada(s) na sede desta comissão de processo
administrativo disciplinar, no ________________ (endereco)

Local, __de ________ de 201__.

............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em __/__/201__.

............................................................................
(Nome e assinatura do acusado)
Modelo de Notificação – Ciência ao acusado de oitiva de testemunha por videoconferência:

MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

NOTIFICAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº _____, de ___ de _________ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ___ de _________ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº ________________ e fatos conexos, e com fulcro no art. 156 da Lei nº 8.112/90, COMUNICO a V. Sa. que esta comissão estará procedendo à oitiva da(s) testemunha(s) abaixo, no dia e horário que se lhe(s) segue(s):

<table>
<thead>
<tr>
<th>(nome da testemunha)</th>
<th>(data da oitiva)</th>
<th>(horário da oitiva)</th>
</tr>
</thead>
</table>

Saliento que essa(s) oitiva(s) será(ão) realizada(s), por meio de sistema interno de videoconferência em (estado, endereço, sala) e (estado, endereço, sala), locais onde Vossa Senhoria poderá comparecer para acompanhar e participar dos atos.

Local, ___de ___________ de 201__.

.............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente

Ciente em ___/___/201__.

..................................................................
(Nome e assinatura do acusado)
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos (dias) do (mês) de (ano), às (horas), no (endereço, cidade), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº ___ de _____(data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal nº ________, de _____(data), da lavra do Senhor ________(autoridade instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº _____, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, e __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECEU o(a). __________(nome completo), __________(nacionalidade), __________(estado civil), __________, CPF n° ___________, Carteira de Identidade nº ____________, __________(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) ____________, __________(cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________, a fim de prestar depoimento sobre os atos e fatos relacionados com o referido processo, na condição de testemunha.

Questionada a testemunha, pelo Sr. presidente, se conhece os acusados (nome completo de todos eles), esta afirmou que (SIM/NÃO). Questionada se, em relação aos acusados ou aos seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o 3º grau, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito, se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, disse que (NÃO / SIM – caso a testemunha afirme que “sim” e comprove se encontrar em alguma condição de suspeição/impedimento poderá ser ouvida como declarante, sem prestar o compromisso legal – ver modelo seguinte.).

(Caso o acusado/representante legal contradite a testemunha e comprove-se alegação de suspeição/impedimento, deve a Comissão deliberar imediatamente sobre o assunto e, seguidamente, prosseguir com a oitiva, a depender, mantendo a condição de testemunha ou ouvindo-a como declarante – ver modelo seguinte).

Testemunha sem contradita.

Advertida a testemunha de que se fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade incorre no crime de falso testemunho, conforme capitulado no art. 342 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, prestou o compromisso legal.
Sobre as perguntas do Sr. Presidente abaixo transcritas, a testemunha assim se pronunciou:

01. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

02. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

03. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

04. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

Franqueada a palavra ao acusado, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

05. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

Franqueada a palavra ao representante do acusado, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

06. PERGUNTADO ________? RESpondeu que ________

Passada a palavra à testemunha para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado essa consignou: ______________________________________. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às (horas), solicitou encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, seguirão assinado pelo depoente e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

__________________________________________
Testemunha

__________________________________________
Presidente

__________________________________________
Membro

__________________________________________
Membro

__________________________________________
Acusado

__________________________________________
Procurador
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)

TERMO DE OITIVA DE TESTEMUNHA

Aos __________ (dias) do __________ (mês) de __________ (ano), às __________ (horas), no __________ (endereço), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº __________ (data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal nº __________, de __________ (data), da lavra do Senhor __________ (autoridade instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº __________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores __________ (nome completo), __________ (cargo), matrícula SIAPE nº __________, __________ (nome completo), __________ (cargo), matrícula SIAPE nº __________, e __________ (nome completo), __________ (cargo), matrícula SIAPE nº __________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECEU o(a) __________ (nome completo), __________ (nacionalidade), __________ (estado civil), __________ CPF nº __________, Carteira de Identidade nº __________, __________ (profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) __________, __________ (cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________, a fim de prestar, por sistema interno de videoconferência, depoimento sobre os atos e fatos relacionados com o referido processo, na condição de testemunha.

Questionada a testemunha, pelo Sr. presidente, se conhece os acusados (nome completo de todos eles), esta afirmou que (SIM/NÃO). Questionada se, em relação aos acusados ou aos seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o 3º grau, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito, se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, disse que (NÃO / SIM – caso a testemunha afirme que “sim” e comprove se encontrar em alguma condição de suspeição/impedimento poderá ser ouvida como declarante, sem prestar o compromisso legal – ver modelo seguinte.).

(Caso o acusado/representante legal contradite a testemunha e comprove-se alegação de suspeição/impedimento, deve a Comissão deliberar imediatamente sobre o assunto e, seguidamente, prosseguir com a oitiva, a depender, mantendo a condição de testemunha ou ouvindo-a como declarante – ver modelo seguinte).

Testemunha sem contradita.
Advertida a testemunha de que se fizer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade incorre no crime de falso testemunho, conforme capitulado no art. 342 do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, prestou o compromisso legal.

Sobre as perguntas do Sr. Presidente abaixo transcritas, a testemunha assim se pronunciou:

01. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

02. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

Franqueada a palavra ao membro vogal _________, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

03. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

Franqueada a palavra ao membro vogal _________, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

04. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

Franqueada a palavra ao acusado, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

05. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

Franqueada a palavra ao representante do acusado, o mesmo perguntou à testemunha através do Presidente:

06. PERGUNTADO _______? RESPODEU QUE _______

Passada a palavra à testemunha para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado essa consignou: ________________________________. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às (horas), solicitar encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, seguindo assinado pelo depoente e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

_____________________________________________
Testemunha

_____________________________________________
Presidente

_____________________________________________
Membro

_____________________________________________
Membro

_____________________________________________
Acusado

_____________________________________________
Procurador
Modelo de Termo – Oitiva presencial de declarante:

MINISTÉRIO__________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

TERMO DE OITIVA DE DECLARANTE

Aos (dias) do (mês) de (ano), às (horas), no (endereço, cidade), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº __ de _____(data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal nº ____________, de _____(data), da lavra do Senhor ____________(autoridade instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº ________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores ____________(nome completo), ____________(cargo), matrícula SIAPE nº ____________, ____________(nome completo), ____________(cargo), matrícula SIAPE nº ____________, e ____________(nome completo), ____________(cargo), matrícula SIAPE nº ____________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECEU o(a) Sr (a). ____________, (nome completo), ____________(nacionalidade), ____________(estado civil), CPF nº ____________, Carteira de Identidade nº ____________, ____________(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) ____________, ____________, (cidade/estado), telefone(s) ____________, e-mail ____________, a fim de prestar depoimento sobre os atos e fatos relacionados com o referido processo, na condição de declarante. Questionado o declarante, pelo Sr. Presidente, se conhece os acusados (nome completo de todos eles), esta afirmou que (SIM/NÃO). Questionado se, em relação aos acusados ou aos seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o 3º grau, é amigo íntimo ou inimigo notório, se é parente até 3º grau, se atua ou atuou como procurador ou perito, se está litigando judicial ou administrativamente, ou se tem interesse direto ou indireto na matéria do processo, disse que (NÃO / SIM – caso a testemunha afirmar que “sim” e comprove se encontrar em alguma condição de suspeição/impedimento poderá ser ouvida como declarante, sem prestar o compromisso legal).

(Passada a oportunidade ao acusado/representante legal para contraditar a testemunha, caso afirmar-se e comprove-se alegação de suspeição/impedimento, deve a Comissão deliberar imediatamente sobre o assunto e, seguidamente, prosseguir com a oitiva, a depender, mantendo a condição de testemunha ou ouvindo-a como declarante).

Dessa forma a comissão deliberou por tomar seu depoimento na condição de declarante, afastando o compromisso legal insculpido no art. 342 do Código Penal.
Sobre as perguntas do Sr. Presidente abaixo transcritas, o declarante assim se pronunciou:

**01. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

**02. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

Franqueada a palavra ao membro vogal _________, o mesmo perguntou ao declarante através do Presidente:

**03. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

Franqueada a palavra ao membro vogal _________, o mesmo perguntou ao declarante através do Presidente:

**04. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

Franqueada a palavra ao acusado, o mesmo perguntou ao declarante através do Presidente:

**05. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

Franqueada a palavra ao representante do acusado, o mesmo perguntou ao declarante através do Presidente:

**06. PERGUNTADO _______? RESpondeu que _______**

Passada a palavra ao declarante para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado essa consignou: ________________________. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às (horas), encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelo depoente e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

______________________________
Declarante

______________________________
Presidente

______________________________
Membro

______________________________
Membro

______________________________
Acusado

______________________________
Procurador
Modelo de Termo – Acareação:

Ministério___________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° ____________
(Endereço)

Termo de Acareação

Aos (dias) do (mês) de (ano), às (horas), no (endereco, cidade), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria n° ___ de ______(data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal n° __________ de _____(data), da lavra do Senhor ________(autoria instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo n° ______, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE n° __________, __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE n° __________, e __________(nome completo), __________(cargo), matrícula SIAPE n° __________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECERAM o Sr. __________(nome completo), __________(nacionalidade), __________(estado civil), __________, CPF n° __________, Carteira de Identidade n° __________, __________(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) __________, __________(cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________; e o Sr. __________(nome completo), __________(nacionalidade), __________(estado civil), __________, CPF n° __________, Carteira de Identidade n° __________, __________(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) __________, __________(cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________, a fim de serem acareados quanto às contradições nos depoimentos prestados nos dias X e Y. As testemunhas foram advertidas sobre as penalidades a que podem estar sujeitas em caso de faltarem com a verdade, calarem-se ou omitirem-se diante das perguntas que a seguir lhes serão apresentadas. Iniciando a acareação foi lido ao (à) Sr (a) __________(nome completo) o teor de sua resposta contida à folha xxx: (transcrever o trecho em contradição). Foi lido ao (à) Sr (a) __________(nome completo) o teor de sua resposta contida à folha xxx: (transcrever o trecho em contradição). Diante dessa contradição, as testemunhas novamente foram alertadas sobre a obrigação legal de dizerem a verdade, sob a possibilidade de estarem cometendo o crime de falso testemunho, conforme capitulado no art. 342 do Código Penal, Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Perguntado pelo Sr. Presidente a ambas se ratificam o que afirmaram a esta comissão, afirmou o Sr. ___ QUE _____________ e o Sr. ___ QUE __________.
Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

PERGUNTADO ______? RESpondeu QUE ______

Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

PERGUNTADO ______? RESpondeu QUE ______

Passada a palavra ao acusado __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

PERGUNTADO ______? RESpondeu QUE ______

Passada a palavra ao representante do acusado __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

PERGUNTADO ______? RESpondeu QUE ______

Passada a palavra às testemunhas para querendo aduzirem algo que não lhes foi perguntado, consignaram: ____________________________________. Nada mais disseram e nem lhes foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às (horas), encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos depoentes e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

________________________
Testemunha

________________________
Testemunha

________________________
Presidente

________________________
Membro

________________________
Membro

________________________
Acusado

________________________
Representante
Modelos

Diligências
Modelo de Ata de Deliberação – Realização de diligências:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ____ dias do mês de ____________ de __________, no (Órgão), no (Endereço),
(Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal),
respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº
______________, deliberou-se por:

a) solicitar à autoridade instauradora a designação de assistente técnico para atuar
em relação a seguinte matéria objeto do presente processo:
   ____________________________________________________________________________
b) encaminhar memorando solicitando imediata cópia e acesso ao e-mail
   institucional do acusado;
c) encaminhar memorando solicitando relação de ligações telefônicas do acusado;
d) encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando compartilhamento de provas;
e) encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando quebra de sigilo
   bancário do acusado;
f) encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando cópia de Inquérito Policial;
g) encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando exame grafotécnico;
h) encaminhar ofício ao (órgão/entidade) solicitando cópia do processo/documento
   ____________________________________________________________________________;
i) encaminhar ofício à Empresa _________ (nome) solicitando cópia do documento
   ________________________________ (especificar).
j) encaminhar ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil solicitando o
   compartilhamento de dados fiscais do acusado;
k) encaminhar ofício ao Cartório de Imóveis;
l) encaminhar ofício ao DETRAN;
m) encaminhar ofício à Capitania dos Portos;
n) notificar o acusado dos tópicos acima.
Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

__________________________
Presidente

__________________________
Membro

__________________________
Membro
Modelo de Memorando – Solicitação de designação de assistente técnico:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº __/____

Em __ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de designação de assistente técnico

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ___, de __ de ___ de ___ (BS de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº __________, solicito a Vossa Senhoria a designação de assistente técnico para atuar em relação a seguinte matéria objeto do presente processo: ________________________________.

2. Sendo o que se apresenta no momento, aproveito a oportunidade para expressar-lhe meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

...............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Modelo de Ofício – Solicitação de cópia de documentos à empresa:

MINISTÉRIO

Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

OFÍCIO-CPAD N° ___/___

Cidade, ___ de ______ de 201_.

A Sua Senhoria o Senhor
(Nome)
(Cargo)
(endereço)

Assunto: Solicitação de cópias de documentos

Senhor Sócio,

1. Cumprimentando-o cordialmente, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por intermédio da Portaria nº ____, de ___ de ___ (BS de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº __________, solicito: i) informar __________________________ (descrever a solicitação); ii) disponibilizar, preferencialmente em mídia eletrônica, cópia do(s) documento(s) __-__________________________ (especificar).

2. Importa destacar que, tendo em vista o art. 4º, inciso IV, da Lei nº 9.784/99, é dever do administrado prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

Atenciosamente,

..........................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
Modelo de Ofício – Solicitação de compartilhamento de dados fiscais do acusado:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

OFÍCIO-CPAD Nº ____/____

Cidade, ___ de ______ de _____.

A Sua Senhoria o Senhor
(Nome)
Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
(endereço)

Assunto: solicitação de dados fiscais para instrução de procedimento disciplinar.

Senhor Subsecretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Senhoria o compartilhamento de informações fiscais do agente público ________________________, nos termos do art. 198, § 1º, inciso II, do Código Tributário Nacional.

2. Para tanto, indico os elementos necessários ao compartilhamento dos dados, conforme Nota Cosit nº 03/2004, item 16.1:
   a) ato administrativo que determinou a instauração do procedimento administrativo: ________________________ (especificar);
   b) número do procedimento administrativo e a data da sua instauração: ________________________ (especificar);
   c) fundamento legal da instauração do procedimento administrativo: art. 143 da Lei nº 8.112/90; e
   d) demonstração de que o órgão ou entidade ao qual pertence a autoridade administrativa tem competência para investigar os sujeitos passivos pela prática da infração administrativa: ________________________ (especificar).

3. Ademais, em atenção ao Parecer PGFN/CAT/Nº 768/2006, informo haver absoluta pertinência entre as informações fiscais requeridas, o sujeito passivo, e a infração administrativa investigada, cometida pelo mesmo sujeito passivo a que os dados sigilosos se
referem, tendo em vista estarem sendo investigados indícios de possível patrimônio incompatível com os rendimentos dos agentes públicos. Esclareço não ser possível o fornecimento de informações mais detalhadas em função do caráter reservado do processo, previsto no art. 150, caput e parágrafo único, da lei nº 8.112, de 1990.

4. Destarte, solicito a Vossa Senhoria que envie a este órgão cópia das seguintes declarações/informações relativas ao agente público, todas correspondentes aos anos-calendário _____ à ____ (especificar):

   a) Declarações de Ajuste Anual do IRPF (originais e retificadoras);
   b) Declaração de Movimentação Financeira, com base na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – DCPMF, quando aplicável;
   c) Declaração de Movimentação Financeira – DIMOF;
   d) Declaração de Operações Imobiliárias – DOI;
   e) Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias – DIMOB;
   f) Rendimentos (Tributáveis ou não) Recebidos de Pessoas Jurídicas (relativas aos rendimentos pagos por Pessoa Jurídica em favor dos investigados) - DIPJ;
   g) Dispêndios com Cartões de Crédito (com base na DECRED);
   h) Relatório da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRRF.

Atenciosamente,

.............................................................................

(Name e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
MINISTÉRIO__________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° ________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

OFÍCIO-CPAD N° ___/____

Cidade (Estado), ___ de ______ de _____.

Ao Senhor
(Nome)
Tabelião do ___ Ofício de Registro de Imóveis do _____________.
(Endereço)

Assunto: Solicitação de informações para instrução de procedimento administrativo

Senhor Tabelião,

1. Cumprimentando-o cordialmente, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por intermédio da Portaria n° _____, de ___ de ___ de _____, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo n° ________, solicito a Vossa Senhoria o registro de matrícula e demais averbações relacionadas a todos os imóveis registrados em nome da(s) pessoa(s) física(s) e jurídica(s) relacionadas: _____________________________ (relacionar nome e CPF/CNPJ).

2. Ademais, destaco o caráter restrito do presente documento, nos termos do § 3º, do art. 7º, do inciso VII do art. 23, do art. 24, do caput e §§ do art. 25 e do e inciso I, do § 1º, do art. 31, todos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

Atenciosamente,

............................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Assunto: Solicitação de informações para instrução de processo administrativo.

Senhor (Cargo),

1. Cumprimentando-o cordialmente, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por intermédio da Portaria nº ___, de ___ de ___ de ___, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº ______, solicito a Vossa Senhoria informações acerca dos veículos registrados em nome da(s) pessoa(s) física(s) e jurídica(s) a seguir relacionadas: ____________________________ (relacionar nome e CPF/CNPJ).

2. Ademais, destaco o caráter restrito do presente documento, nos termos do § 3º, do art. 7º, do inciso VIII do art. 23, do art. 24, do caput e §§ do art. 25 e do e inciso I, do § 1º, do art. 31, todos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

Atenciosamente,

.................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Manual Prático de Processo Administrativo Disciplinar/CGU

Modelo de Ofício – Solicitação de informações de embarcações do acusado:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

OFÍCIO-CPAD Nº ___/___

Cidade (Estado), ___ de ______ de _____.

Ao Senhor
(Nome)
Capitão da Capitania dos Portos de(o) _________________.
(Endereço)

Assunto: Solicitação de informações para instrução de procedimento administrativo

Senhor Capitão,

1. Cumprimentando-o cordialmente, na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por intermédio da Portaria nº ____, de ___ de ___ de ____ (BS de ___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº __________, solicito a Vossa Senhoria informações acerca de embarcações registradas em nome da(s) pessoa(s) física(s) e jurídica(s) a seguir relacionadas: ____________________________ (relacionar nome e CPF/CNPJ).

2. Ademais, destaco o caráter restrito do presente documento, nos termos do § 3º, do art. 7º, do inciso VIII do art. 23, do art. 24, do caput e §§ do art. 25 e do e inciso I, do § 1º, do art. 31, todos da Lei nº 12.527, de 18/11/2011.

Atenciosamente,

............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
Modelo de Ata de Deliberação – Realização de busca e apreensão de computadores:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos _____ dias do mês de ___________ de ______, no (Órgão), no (Endereço),
(Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal),
respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº
___________, deliberou-se por:

a) comunicar à autoridade instauradora a realização de busca e apreensão de
computadores e mídias eletrônicas de propriedade e posse deste Órgão, (especificar o local a ser
realizada a busca e apreensão), em razão de ______________________ (explicitar);

b) notificar o acusado da deliberação acima após a realização da diligência.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo
presidente e pelos membros.

__________________________

Presidente

__________________________

Membro

__________________________

Membro
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº ___/___

Em __ de ___ de 201__

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Comunicação da realização de diligência

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ____, de __ de ___ de ___ (BS de
___/___/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no
Processo nº __________, informo a Vossa Senhoria a realização de busca e apreensão de
computadores e mídias eletrônicas de propriedade e posse deste Órgão, (especificar o local a ser
realizada a busca e apreensão), em razão de ________________ (explicitar).

Atenciosamente,

.................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Modelo de Termo – Diligência de busca e apreensão de computadores:

MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________
(Endereço)

TERMO DE DILIGÊNCIA

Aos ___ dias do mês de __________ de _____, às ___ horas, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome do 1º vogal) e (nome do 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________, sendo recebidos por _______________________, SIAPE nº __________, procedeu-se à busca e apreensão dos computadores e mídias eletrônicas abaixo relacionadas:

____________________________________________________________________________________________________.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

_______________________________________________
Presidente

_______________________________________________
Membro

_______________________________________________
Membro
Modelo de Notificação – Ciência ao acusado da executada diligência de busca e apreensão de computadores:

MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

NOTIFICAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

1 Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada para apurar os fatos constantes no Processo nº _____________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, COMUNICO que esta comissão, às (hora e data), procedeu à busca e apreensão dos computadores e mídias eletrônicas a seguir especificados: _________________________________

Atenciosamente,

..............................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ___ dias do mês de ____________ de ____________, no (Órgão), no (Endereço),
(Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal),
respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº
__________, deliberou-se por:

a) solicitar à autoridade instauradora o exame de sanidade mental do servidor
__________________________( nome, cargo e matrícula), em razão de haver dúvidas acerca de
sua saúde mental, especificando os quesitos abaixo para serem submetidos à consideração da
Junta Médica Oficial:

1) O servidor é portador de enfermidade mental?
2) O servidor possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado?
3) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é ela anterior ou
superveniente à infração (data ____)?
4) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é a moléstia
irreversível, reversível ou episódica? Qual a espécie nosológica?
5) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, era o servidor, ao
tempo do fato narrado no processo (data ____), capaz de entender-lhe o caráter ilícito e/ou de
determinar-se de acordo com esse entendimento?
6) O servidor possui atualmente plena capacidade de responder, na condição de acusado,
a processo disciplinar?
7) O servidor possui atualmente capacidade de exercer função pública?
8) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, torna-se recomendável
o seu afastamento temporário das atividades para tratamento?
9) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é aconselhável o seu
retorno às funções ou deverá ele ser encaminhado para outro tipo de atividade?
10) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, há alguma
expectativa de melhora, de modo que possa vir a acompanhar o processo e ser interrogado?
11) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, o servidor necessita
de reavaliação médica? Qual a data limite?
12) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, citar outras considerações ou observações que tiverem por úteis para o esclarecimento da natureza da moléstia, sua evolução, a correlação entre o ilícito e a doença, o estado atual do periciado e a sua capacidade laborativa atual e pretérita.

b) notificar o acusado da deliberação acima para que compareça no dia e horário a serem marcados a fim de ser submetido a exame de sanidade mental por Junta Médica Oficial.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

_______________________________________________
Presidente

_______________________________________________
Membro

_______________________________________________
Membro
Modelo de Memorando – Solicitação de exame de sanidade mental de acusado:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº ___/___

Em _ de ___ de 201_

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: Solicitação de exame de sanidade mental de acusado

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por meio da Portaria nº _____, de ___ de ______ de ______, publicada no BS nº ____, de ___ de ______ de ______, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, por haver dúvida sobre a saúde mental do servidor ________________ (nome, cargo e matrícula), que se encontra respondendo ao Processo em referência, venho propor que o acusado seja submetido a exame por Junta Médica Oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

2. Tendo em vista a necessidade de dirimir as dúvidas sobre a responsabilidade do servidor pelos fatos que lhe são atribuídos, a comissão formula os quesitos abaixo sobre sua saúde mental, para serem submetidos à consideração da Junta Médica:

   1) O servidor é portador de enfermidade mental?
   2) O servidor possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado?
   3) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é ela anterior ou superveniente à infração (data ____)?
   4) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é a moléstia irreversível, reversível ou episódica? Qual a espécie nosológica?
   5) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, era o servidor, ao tempo do fato narrado no processo (data ____), capaz de entender-lhe o caráter ilícito e/ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?
   6) O servidor possui atualmente plena capacidade de responder, na condição de acusado, a processo disciplinar?
   7) O servidor possui atualmente capacidade de exercer função pública?
8) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, torna-se recomendável o seu afastamento temporário das atividades para tratamento?

9) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é aconselhável o seu retorno às funções ou deverá ele ser encaminhado para outro tipo de atividade?

10) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, há alguma expectativa de melhora, de modo que possa vir a acompanhar o processo e ser interrogado?

11) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, o servidor necessita de reavaliação médica? Qual a data limite?

12) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, citar outras considerações ou observações que tiverem por úteis para o esclarecimento da natureza da moléstia, sua evolução, a correlação entre o ilícito e a doença, o estado atual do periciado e a sua capacidade laborativa atual e pretérita.

Atenciosamente,

.................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ______________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

1 Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada para apurar os fatos constantes no Processo nº ______________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, INTIMO Vossa Senhoria a comparecer perante Junta Médica Oficial, no dia ____________ (data), às __:__h no ______________ (endereço), a fim de ser submetido a exame de sanidade mental.

Atenciosamente,

...........................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente
Modelos

Interrogatório do Acusado

Modelo de Ata de Deliberação – Interrogatório do acusado:
MINISTÉRIO
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ______________

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos _____ dias do mês de _____________ de _______, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _____________, deliberou-se por:

a) designar data e horário para a realização de interrogatórios dos acusados consoante quadro abaixo, expedindo as devidas intimações:

<table>
<thead>
<tr>
<th>(nome do acusado)</th>
<th>(data da oitiva)</th>
<th>(horário da oitiva)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>(nome do acusado)</td>
<td>(data da oitiva)</td>
<td>(horário da oitiva)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

______________________________________________
Presidente

______________________________________________
Membro

______________________________________________
Membro

Modelo de Intimação – Interrogatório presencial:
MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ___, de ___ de ________ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ___ de ________ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº ____________ e fatos conexos, e com fulcro no art. 156 da Lei nº 8.112/90, INTIMO Vossa Senhoria, a comparecer no dia ____, às ____, no ______(endereço), a fim de ser interrogado por esta comissão quanto aos fatos e atos narrados nos autos do processo em epígrafe.

Notifico que no(s) dia(s), horário(s) e local abaixo especificados serão realizados os interrogatórios dos demais acusados neste Processo, sendo facultada participação pessoal ou por meio de procurador.

<table>
<thead>
<tr>
<th>NOME</th>
<th>DATA</th>
<th>HORÁRIO</th>
<th>ENDEREÇO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acusado 1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Acusado 2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Local, ___ de ________ de ___.

............................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em ___/___/201__.

............................................................
(Nome e assinatura do acusado)

Modelo de Intimação –Interrogatório por videoconferência:
MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

INTIMAÇÃO

Ao Sr. (nome do acusado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar
designada pela Portaria nº _____, de ___ de ________ de _____, publicada no (Boletim de
Pessoal/DOU), de _____ de ________ de _____, constituída para apurar irregularidades
costantes do Processo nº ____________ e fatos conexos, e com fulcro no art. 156 da
Lei nº 8.112/90, INTIMO Vossa Senhoria, a comparecer no dia ____, às _____, no
_________(endereço), a fim de ser interrogado por esta comissão, por sistema de videoconferência,
quanto aos fatos e atos narrados nos autos do processo em epígrafe.

Notifico que no(s) dia(s), horário(s) e locais abaixo especificados serão realizados
os interrogatórios dos demais acusados neste Processo, sendo facultada participação pessoal ou
por meio de procurador.

<table>
<thead>
<tr>
<th>NOME</th>
<th>DATA</th>
<th>HORÁRIO</th>
<th>ENDEREÇO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acusado 1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Acusado 2</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Local, __de ________ de 201__.

......................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente

Ciente em __/__/201__.

......................................
(Nome e assinatura do acusado)

Modelo de Termo – Interrogatório presencial:
TERMO DE INTERROGATÓRIO

Aos (dias) do (mês) de (ano), às (horas), no (endereço, cidade), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº ___ de ______(data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal nº __________, de ______(data), da lavra do Senhor ________(autoridade instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº ______, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores __________(nome completo), ________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, __________(nome completo), ________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, e __________(nome completo), ________(cargo), matrícula SIAPE nº __________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECEU o(a) Sr (a). __________(nome completo), ________(nacionalidade), ________(estado civil), ________(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) __________, ________(cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________, a fim de ser interrogado sobre os atos e fatos relacionados com o referido processo. Presente o advogado Dr. __________ - OAB/___ nº ______, defensor do interrogado.

Ao interrogado foi informado o seu direito de permanecer em silêncio e de não responder a qualquer pergunta desta comissão ou de qualquer dos presentes (art. 5º, LXIII, Constituição Federal), ato que não será considerado em seu desfavor.

Iniciando o Sr. Presidente o interrogatório, foram apresentadas as seguintes perguntas:

01. PERGUNTADO ______? RESpondeU QUE ______

02. PERGUNTADO ______? RESpondeU QUE ______

Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

03. PERGUNTADO ______? RESpondeU QUE ______

Franqueada a palavra ao membro vogal __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

04. PERGUNTADO ______? RESpondeU QUE ______

Passada a palavra ao representante do coacusado __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

05. PERGUNTADO ______? RESpondeU QUE ______
Passada a palavra ao coacusado (ou representante do acusado, conforme o caso) __________, o mesmo perguntou através do Presidente:

**06. PERGUNTADO _____?** RESpondeU QUE ______Passada a palavra ao interrogado para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado esse consignou: _______________________________. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às _:_ (horas), encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelo interrogado e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

_______________________________________________
Acusado

_______________________________________________
Advogado

_______________________________________________
Presidente

_______________________________________________
Membro

_______________________________________________
Membro

---

**Modelo de Termo – Interrogatório por videoconferência:**
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Aos (dias) do (mês) de (ano), às (horas), no (endereço, cidade), estando reunida a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº ___ de ______(data), publicada no Diário Oficial da União ou Boletim Interno ou de Pessoal nº _______, de _____(data), da lavra do Senhor _______(autoridade instauradora), incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº ______, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso dos trabalhos e que guardem conexão com o objeto do presente, com a presença dos servidores _______(nome completo), _______(cargo), matrícula SIAPE nº __________, _______(nome completo), _______(cargo), matrícula SIAPE nº __________, e _______(nome completo), _______(cargo), matrícula SIAPE nº __________, respectivamente presidente e vogais da referida comissão, COMPARECEU o(a) Sr (a). _______(nome completo), _______(nacionalidade), _______(estado civil), _______(cargo), CPF n° __________, Carteira de Identidade n° __________, _______(profissão), com endereço (residencial e/ou profissional) _______(cidade/estado), telefone(s) __________, e-mail __________, a fim de ser interrogado, por meio de sistema de videoconferência, sobre os atos e fatos relacionados com o referido processo. Presente o advogado Dr. ___________ - OAB/____ nº _________, defensor do interrogado.

Ao interrogado foi informado o seu direito de permanecer em silêncio e de não responder a qualquer pergunta desta comissão ou de qualquer dos presentes (art. 5º, LXIII, Constituição Federal), ato que não será considerado em seu desfavor.

Iniciando o Sr. Presidente o interrogatório, foram apresentadas as seguintes perguntas:

01. PERGUNTADO _______? RESPOndeu QUE _______

02. PERGUNTADO _______? RESPOndeu QUE _______

Franqueada a palavra ao membro vocal _________, o mesmo perguntou através do Presidente:

03. PERGUNTADO _______? RESPOndeu QUE _______

Franqueada a palavra ao membro vocal _________, o mesmo através do Presidente:

04. PERGUNTADO _______? RESPOndeu QUE _______

Passada a palavra ao representante do coacusado ____________ o mesmo através do Presidente:

05. PERGUNTADO _______? RESPOndeu QUE _______
Passada a palavra ao coacusado (ou representante do acusado, conforme o caso) _________, o mesmo perguntou através do Presidente:

06. PERGUNTADO ______? RESPONDEU QUE ______

Passada a palavra ao interrogado para querendo aduzir algo que não lhe foi perguntado esse consignou: __________________________. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Nada mais havendo a tratar, mandou o Sr. Presidente, às __:___ (horas), encerrar o presente Termo que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelo interrogado e pelos membros da comissão, de modo a registrar a espontaneidade do mesmo. Eu, (membro e/ou secretário), o digitei.

_____________________

Acusado

_____________________

Advogado

_____________________

Presidente

_____________________

Membro

_____________________

Membro

_____________________

Representante do Coacusado
Modelos

Indicação
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos _____ dias do mês de ____________ de _____, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n° __________, deliberou-se por **exculpar** o(s) seguinte(s) acusado(s):

- _______________(nome do acusado, cargo, matrícula): *(Expore os fundamentos da exculpação)*

- _______________(nome do acusado, cargo, matrícula): *(Expore os fundamentos da exculpação)*

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

_______________________________
Presidente

_______________________________
Membro

_______________________________
Membro
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ____ dias do mês de __________ de ______, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________, deliberou-se por indicar os seguintes acusados, providenciando o devido termo de indicação e citando-os para apresentação de defesa escrita:

- _______________________(nome do acusado, cargo, matrícula):
- _______________________(nome do acusado, cargo, matrícula):
- _______________________(nome do acusado, cargo, matrícula):

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

__________________________
Presidente

__________________________
Membro

__________________________
Membro
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________

TERMO DE INDICAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ____, de __ de __ de __, publicada no ____(Boletim Interno ou DOU) nº ____, de __ de __ de __, do(a) ________________(especificar o órgão), e tendo como último ato a designação feita pela Portaria ____, de __ de __ de __, publicada no ____(DOU ou Boletim Interno) nº ____, de __ de __ de __, após ultimar a coleta de todas as provas hábeis à formação de seu convencimento, decide por INDICIAR o(s) servidor(es):

1) ________________, (nacionalidade, estado civil, ocupação, cargo, lotação, matrícula, carteira de identidade e CPF), conforme a(s) irregularidade (s), o conjunto probatório, ato(s) e fato(s) a seguir elencados:

a) IRREGULARIDADE 01: (descrever a irregularidade praticada, conforme os tipos previstos na Lei nº 8.112/90 ou outras normas existentes):
   • Especificar as provas que levaram ao convencimento do colegiado
   • O nexo causal entre essas provas e a irregularidade praticada
   • A autoria
   • A tipificação expressa

   Exemplo:
   Quanto a essa acusação especificada no item “a”, o documento contido à folha __ comprova que o Indiciado foi o autor dessa infração ao __________ (descrever a pratica do ato, especificando se o ato foi praticado de forma culposa ou dolosa).

   O documento contido à folha __ demonstra que o Indiciado praticou essa infração ao __________ (descrever a pratica do ato, especificando se o ato foi praticado de forma culposa ou dolosa).

   Ainda, a testemunha ____, cujo depoimento foi colhido à folha __, afirmou:
   “xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxx xxxxx
Pelo exposto, presentes a materialidade, a antijuridicidade, a conduta reprovável e a culpabilidade do servidor ________, esta comissão o indicia pelo cometimento da infração capitulada no (s) art.(s) _____, _____ e _____ da Lei nº 8.112, de 1990.

b) IRREGULARIDADE 02:
( .. )
c) IRREGULARIDADE 03:
( .. )

2. Assim, feita a análise do conjunto probatório, dos atos praticados e suas consequentes subsunções aos teores das normas reputadas por violadas, acham-se os autos em condições de obter vista do indiciado, que deverá ser imediatamente citado para apresentar defesa no prazo de ___ dias (especificar se em dez dias, caso de apenas um indiciado, ou vinte dias, caso de mais de um indiciado), na forma do art. 161 da Lei nº 8.112, de 1990.

Local, __ de __________ de __________.

____________________________________________
Presidente

____________________________________________
Membro

____________________________________________
Membro
MINISTÉRIO

Órgão/Entidade

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº  

(Endereço)

(Teléfono e Endereço de Correio Eletrônico)

CITAÇÃO

Ao Sr. (nome do indiciado)

(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº , de de de , publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de de de , constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº e fatos conexos, e com fulcro no art. 161 da Lei nº 8.112/90, fica Vossa Senhoria CITADO para, no prazo de dias (especificar se em dez dias, caso de apenas um indiciado, ou vinte dias, caso de mais de um indiciado), apresentar defesa final no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista, na (endereço), nos dias úteis, das às horas e das às horas.

Em anexo, segue cópia integral do termo de indiciação e das folhas  a do referido processo disciplinar que complementam as cópias já disponibilizadas a Vossa Senhoria.

Local, de de 201_.

...................................................

(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em __/__/201_.

______________________

(Nome e assinatura do indiciado)
Modelo de Citação por Edital – servidor em local incerto e não sabido

EDITAL DE CITAÇÃO

O (A) Presidente da Comissão designada pela Portaria n.º __________, de ___ de ___________ de _____, publicada no D.O.U. de ___ de ___________ de _____, que teve como último ato a Portaria n.º __________, de ___ de ___________ de _____, publicada no D.O.U. de de ___ de ___________ de _____, todas do _____________________________________________________, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 161 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 256 do Código de Processo Civil, CITA, pelo presente edital, por se encontrar em local incerto e não sabido, o Sr. _____________________________, CPF _____________________, e o intima a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, na sede deste Órgão (sito à __________________________________________), defesa escrita nos autos do Processo nº ____________________________.

Os autos desse mencionado processo podem ser consultados, em horário comercial, também na sede deste órgão.

.................................................................

(Nome do presidente da comissão)

Presidente
Modelos
Defesa Escrita
Modelo de Ata de Deliberação – Deferimento de Prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ____ dias do mês de ____________ de ______, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________, deliberou-se por: deferir o pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesa, tendo em vista o que dispõe o § 3º do art. 161 da Lei nº 8.112/90.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

____________________________________
Presidente

____________________________________
Membro

____________________________________
Membro
MINISTÉRIO

Órgão/Entidade

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________

ATA DE DELIBERAÇÃO

Aos ____ dias do mês de ___________ de ______, no (Órgão), no (Endereço), (Cidade/Estado), presentes (nome do presidente), (nome 1º vogal) e (nome 2º vogal), respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ________, tendo se encerrado no dia ___ o prazo legal para apresentação de defesa por parte do servidor __________ (ou tendo em vista que a peça de defesa, apresentada pelo servidor __________, não contém elementos suficientes para contrapor os fatos a ele imputados), DELIBEROU-SE: declarar sua revelia e comunicar o fato à autoridade instauradora, a fim de solicitar a designação de defensor dativo, consoante o disposto no § 1º do art. 164 da Lei nº 8.112/90.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo presidente e pelos membros.

______________________________
Presidente

______________________________
Membro

______________________________
Membro
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________
Modelo de Memorando – Solicitação de nomeação de defensor dativo:

**MINISTÉRIO_________**

**Órgão/Entidade**

Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________

(Endereço)

(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

MEMORANDO-CPAD Nº ___/___

Em _ de ___ de ___

Ao Sr. (cargo da autoridade instauradora)

Assunto: **Solicitação de nomeação de defensor dativo**

1. Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por V.Sa., por intermédio da Portaria nº ___, de __ de ___ de ___ (BS de __/__/___), para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº ________, comunico a Vossa Senhoria que o servidor (nome, cargo, matrícula e lotação), indiciado no Processo Administrativo Disciplinar nº ___________, não atendeu à citação no prazo legal para apresentar a defesa, razão pela qual SOLICITO que lhe seja nomeado defensor dativo, nos termos do § 2º do art. 164 da Lei nº 8.112/90.

Atenciosamente,

.................................................................

(Nome e assinatura do presidente da comissão)

**Presidente**
_MINISTÉRIO_____
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto no art. 164, § 2º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (nome, cargo, matrícula e lotação), para atuar como DEFENSOR DATIVO do servidor indiciado _____________, no Processo Administrativo Disciplinar nº______________________, instaurado pela Portaria nº ______, de ____ de __________ de __________, publicada no DOU/Boletim Interno nº ____, de ____ de __________ de __________, a fim de assegurá-lo o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
DEFESA EX OFFICIO

Ao Sr. Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

(Nome, cargo, matrícula e lotação do indicado), tendo declarada a sua revelia por não ter apresentado defesa no prazo legal (ou tendo em vista que a peça de defesa, apresentada pelo indicado, não contém elementos suficientes para contrapor os fatos a ele imputados) no Processo Administrativo Disciplinar nº ____________, conforme Termo de Revelia de fl. ____, vem por intermédio (nome, cargo, matrícula e lotação do defensor dativo), designado pelo (cargo da autoridade instauradora), por meio da Portaria nº ____, de __ de ________ de ________, publicada no DOU/Boletim Interno nº ____, de __ de ________ de _______, para defender o servidor, dentro do prazo legal, apresentar a respectiva defesa.

Das preliminares

Devidamente compulsados os autos e anotados os pontos relevantes que interessam à presente defesa, verifica-se, em sede de preliminar, que: (especificar as preliminares a serem alegadas pela defesa).

Do mérito

Analisados cuidadosamente todos os tópicos de acusação, constata-se a favor do Indiciado que: (discorrer sobre os fundamentos que eventualmente possam afastar a autoria, tipicidade, ilicitude, culpabilidade ou punibilidade do indicado ou circunstâncias que atenuem eventual penalidade a ser aplicada).

Da conclusão

Por todo o exposto, constata-se, com base nas provas dos autos, que o indicado não é responsável pelas infrações que lhe são atribuídas (ou é responsável por apenas parte das infrações etc.), razão pela qual se entende ser de justiça o arquivamento do presente processo (ou que na penalidade que porventura venha a lhe ser aplicada, sejam considerados os atenuantes relacionados ou outro motivo que possa beneficiar o indicado.)

Local, __de ________ de 201__.

________________________________________
(Nome e Assinatura do Defensor Dativo)
Modelo

Relatório
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ___________

A Sua Senhoria o Senhor

(Autoridade Instauradora)

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD) designada pela Portaria nº ____, de (data), de Vossa Senhoria, publicada no (veículo de publicação), de (data), com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas descritas no processo nº ________________, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente, vem, respeitosamente, apresentar o respectivo

RELATÓRIO FINAL

1) Dos Antecedentes
A presente apuração decorreu de ________.

(Resumir os fatos ocorridos antes da instauração da comissão, indicando, inclusive, a data da ciência da suposta irregularidade pela autoridade instauradora - ponto importante para a análise da prescrição anterior à instauração).

2) Da Instauração
A Comissão foi instaurada pela Portaria nº ____, de (data), do (autoridade instauradora), publicada no (veículo de publicação), de (data), prorrogada pela Portaria nº ____, de (data), publicada no (veículo de publicação), de (data), reconduzida pela Portaria nº ____, de (data), publicada no (veículo de publicação), de (data), (especificar todas as prorrogações e reconduções).

Este Processo Administrativo Disciplinar teve por objeto principal a apuração das supostas irregularidades cometidas pelo servidor ________________________, referentes a _________________________________.

3) Da Instrução
Esta CPAD iniciou seus trabalhos no dia ________ (data), conforme Ata de Instalação e Inícios dos Trabalhos (fl. __, volume ___ - Processo Principal).
A notificação inicial do acusado foi feita em __________ (data) (fl. ___, volume ____. - Processo Principal). Na ocasião lhe foi facultado acompanhar, por si ou por procurador devidamente constituído, todos os atos e diligências a serem praticados, bem como ter vista do processo na repartição, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial, conforme garantias constitucionais. Na oportunidade, foram disponibilizadas ao servidor cópias dos autos que integravam este PAD.

A partir da Ata de Deliberação de _____ (data), às fls. ____, decidiu-se por:

a) solicitar à autoridade instauradora a designação de assistente técnico para atuar em relação a seguinte matéria objeto do presente processo:

b) encaminhar memorando solicitando imediata cópia e acesso ao e-mail institucional do acusado;

c) encaminhar memorando solicitando relação de ligações telefônicas do acusado;

d) encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando compartilhamento de provas;

e) encaminhar ofício à autoridade judicial competente solicitando quebra de sigilo bancário do acusado;

f) encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando cópia de Inquérito Policial;

g) encaminhar ofício à Polícia Federal solicitando exame grafotécnico;

h) encaminhar ofício ao (órgão/entidade) solicitando cópia do processo/documento ________________;

i) encaminhar ofício à Empresa __________ (nome) solicitando cópia do documento __________________________________ (especificar).

j) encaminhar ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil solicitando o compartilhamento de dados fiscais do acusado;

k) encaminhar ofício ao Cartório de Imóveis;

l) encaminhar ofício ao DETRAN;

m) encaminhar ofício à Capitania dos Portos;

n) notificação do acusado dos tópicos acima;

A partir da Ata de Deliberação de _______ (data), às fls. ___, decidiu-se por realizar a busca e apreensão de computadores.

Às fls. _______ consta o Termo de Diligência da busca e apreensão.

Foram ainda colhidos os seguintes depoimentos (indicar as oitivas de testemunhas e respectivas folhas, evitando transcrições integrais):

- (depoente) (fls.)

Já a partir da Ata de Deliberação de ______ (data), às fls. ___, decidiu-se solicitar o exame de sanidade mental do acusado ______________________ (nome).
4) Da Indicação

Remeter-se ao termo de indicação, descrevendo as irregularidades que foram ali identificadas e especificar as provas levadas em consideração, o nexo causal entre essas provas e a irregularidade praticada, a autoria e a tipificação adotada.

5) Da Defesa

O servidor ____________________________ apresentou defesa escrita em ________ (data), por meio da qual formulou as seguintes alegações:

- Das preliminares (especificar e analisar as alegações preliminares):
  a) _____________________________;
  b) _____________________________;
  c) _____________________________;

- Do mérito (especificar e analisar as alegações de mérito):
  a) _____________________________;
  b) _____________________________;
  c) _____________________________;

6) Da Conclusão

Em virtude de todo o exposto, com atenção ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, esta comissão entende pela absolvição do servidor __________, matrícula __________, lotado na _______________(unidade de lotação) e em exercício na _______________(unidade de exercício), pelos seguintes motivos: ______________________________________________________________________.

Como atenuantes, apontam-se ____________________.

Como agravantes identificam-se ____________________.

Nesse sentido, este colegiado manifesta-se a Vossa Senhoria pela aplicação da pena de ________ ao servidor ______________, matrícula __________.
7) Das Recomendações

Por fim, recomenda-se encaminhar cópia do presente Relatório Final ao ____________ (órgão/autoridade competente), em razão de ________________ (especificar os motivos ou sugestões de medidas de melhorias de gestão).

8) Do Encaminhamento à Autoridade Instauradora

Encerrados os trabalhos, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar submete à apreciação de Vossa Senhoria os autos do presente processo, nos termos do art. 166 da Lei nº 8.112, de 1990.

Local, ___________ de ________ de 201__.

__________________________
Presidente

__________________________
Membro

__________________________
Membro
Modelos

Julgamento
Modelo de Decisão:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade

DECISÃO DE DE DE

Processo nº: _______________

No exercício das atribuições a mim conferidas, ADOTO, como fundamento deste ato, as conclusões contidas no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________ e as recomendações da Assessoria Jurídica contidas no Parecer nº ___ (se for o caso), para aplicar a __________ (nome, cargo, lotação e matrícula do indicado), nos termos do art. 127, inciso ___ da Lei nº 8.112, de 1990, a pena de __________ por ter (descrever fundamentação legal), infringindo o disposto no __________ (citar os dispositivos legais).

Local, ___ de __________ de 201__.

..........................................................................................
..........................................................
..........................................................

(Nome e assinatura da autoridade julgadora)
Cargo da autoridade julgadora
Modelo de Portaria – Aplicação de penalidade:

PORTARIA Nº __________, DE ______ DE ______ DE ______.

O (AUTORIDADE Julgadora), no exercício das atribuições que lhe confere a Lei n.º ______ (Lei, Decreto, Portaria etc.), de _____ (data), resolve, de acordo com o que consta do Processo n.º __________, aplicar a __________ (nome, cargo, lotação e matrícula) a penalidade de __________, nos termos do art. ___ da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, por ter infringido ________________ (descrever fundamentação legal).

............................................................................................................

(Nome e assinatura da autoridade julgadora)

Cargo da autoridade julgadora
Modelo de Portaria de Demissão:

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE JULGADORA), no exercício das atribuições que lhe confere a Lei n.º , de (data), resolve,

DEMITIR

NOME COMPLETO, MATRÍCULA SIAPE, do CARGO, do ÓRGÃO DE LOTAÇÃO, de acordo com o constante do PROCESSO Nº , com fundamento nas recomendações da Assessoria Jurídica (DO ÓRGÃO), contidas no Parecer n.º , pela prática da infração disciplinar capitulada no artigo , da Lei nº 8.112/90 c/c (acrescer legislação específica completar).

............................................................

(Nome e assinatura da autoridade julgadora)

Cargo da autoridade julgadora
Modelo de Portaria de Demissão – Incompatibilidade de retorno ao serviço público por 5 anos:

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O MINISTRO DE ESTADO _____, no exercício das atribuições conferidas pela Lei n.º ____, resolve:

DEMITIR

NOME COMPLETO, MATRÍCULA SIAPE, no CARGO, do ÓRGÃO DE LOTAÇÃO, de acordo com o constante do Processo n.º ________________, com fundamento nas recomendações da Assessoria Jurídica (DO ÓRGÃO), contidas no Parecer n.º ____, pela prática da infração disciplinar capitulada no artigo ___ da Lei nº 8.112/90 c/c (acrescer legislação específica), tornando-se impedido de retornar ao serviço público pelo prazo de 5 anos, consoante o disposto no caput do art. 137 da Lei nº. 8.112/90.

............................................................................

(Nome e assinatura)

Ministro de Estado _____
Modelo de Portaria de Demissão – Incompatibilidade de retorno ao serviço público:

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O MINISTRO DE ESTADO _____, no exercício das atribuições conferidas pela Lei n.º _____, resolve:

DEMITIR

NOME COMPLETO, MATRÍCULA SIAPE, no CARGO, do ÓRGÃO DE LOTAÇÃO, de acordo com o constante do Processo n.º ____________, com fundamento nas recomendações da Assessoria Jurídica (DO ÓRGÃO), contidas no Parecer n.º ______, pela prática da infração disciplinar capitulada no artigo XX, da Lei n.º 8.112/90 c/c (acrescer legislação específica), tornando-se impedido de retornar ao serviço público federal, consoante o disposto no parágrafo único do art. 137 da Lei n.º 8.112/90.

……………………………………………………………………

(Nome e assinatura)

Ministro de Estado _____
Modelo de Ofício – Comunicação ao Ministério Público Federal:

MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade

OFÍCIO Nº ___/___

Cidade, ___ de ______ de 201__.

A Sua Excelência o Senhor
(NOME)
Procurador da República
Procuradoria da República no (DF ou Estado)
(Endereço)

Assunto: Processo Administrativo Disciplinar nº _________

Senhor Procurador,

1. Para fins do disposto no art. 171 da Lei nº 8.112/90, ENCAMINHO a V. Exa. cópia do processo administrativo disciplinar nº ...................., instaurado por este órgão, em virtude de a respectiva comissão ter verificado a existência de indícios que configuram, em tese, a prática de ilícito penal.

Atenciosamente,

.................................................................
(Nome e assinatura da autoridade julgadora)
Cargo da autoridade julgadora
Modelos

Revisão do Processo Administrativo Disciplinar
Modelo de Portaria - Instauração:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 149, 174 e 177 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (PRESIDENTE), (cargo), matrícula SIAPE nº_____; (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____; e (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____; para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão Revisora do Processo Administrativo Disciplinar nº ______________.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
Modelo de Portaria - Julgamento:

MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº _______, DE _______ DE _______ DE _______.

O (AUTORIDADE JULGADORA COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 174, 181 e 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o julgamento constante da revisão do processo administrativo disciplinar nº _____________,

RESOLVE:

DECLARAR SEM EFEITO a penalidade de ___________ (indicar a penalidade que for imposta), prevista no art. 127, inciso ___ da Lei nº 8.112, de 1990, aplicada ao servidor ______________ (nome, cargo, lotação e matrícula), publicada no B.S. nº ____ de __ de ______ de _____.

Publique-se.

AUTORIDADE JULGADORA
Modelos

Acumulação Ilícita
NOTIFICAÇÃO PRÉVIA

Ao Sr. (nome do notificado)  
(unidade onde exerce seu cargo)

Serve a presente para informar a Vossa Senhoria que foi constatada possível acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas: ____________ (indicar a descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação; as datas de ingresso; o horário de trabalho e o correspondente regime jurídico), conforme consta do Processo Administrativo nº ________.

Desse modo, com fulcro no art. 133, caput, da Lei nº 8.112/90, NOTIFICO V. Sa. do presente fato, a fim de que apresente opção por um dos cargos/empregos/funções públicas acima mencionados, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

Informo que, nos termos do § 5º do art. 133 da Lei nº 8.112/90, o exercício da referida opção se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do cargo preterido.

Esclareço que, na hipótese de omissão, será instaurado processo disciplinar para a apuração e regularização imediata dos presentes fatos.

Atenciosamente,

Local, ___de __________ de 201__.

.............................................................................  
(Nome e assinatura da autoridade instauradora)

Atoridade Instauradora

Ciente em __/__/201__.

.............................................................................  
(Nome e assinatura do notificado)
Modelo de Portaria – Instauração mediante rito sumário:

MINISTÉRIO_____

Órgão/Entidade

PORTARIA Nº________, DE________ DE________ DE________.

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 133, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº______, e (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº______, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário visando à apuração de possível acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas: _______________ (indicar a descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação; as datas de ingresso; o horário de trabalho e o correspondente regime jurídico), atribuído a (nome e matrícula do servidor), conforme consta do Processo Administrativo nº______.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________

TERMO DE INDICIAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ____, de ___ de ____, publicada no ____, do(a) __________, e tendo como último ato a designação feita pela Portaria ____, de ___ de ____, publicada no ____, após a coleta de todas as provas hábeis à formação de seu convencimento, decide por INDICIAR o servidor:

1) ______________________, (nacionalidade, estado civil, ocupação, cargo, lotação, matrícula, carteira de identidade e CPF), conforme a(s) irregularidade (s), o conjunto probatório, ato(s) e fato(s) a seguir elencados:

a) IRREGULARIDADE: acumulação ilegal de _____________(indicar a descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação; as datas de ingresso; o horário de trabalho e o correspondente regime jurídico)

   • Especificar as provas que levaram ao convencimento do colegiado

   • A tipificação expressa

   _____________, em ___ de ___ de 20__.

_______________________________________________
Presidente

_______________________________________________
Membro
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº _________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

CITAÇÃO

Ao Sr. (nome do indiciado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ____, de ____ de ________ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ____ de ________ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº ________________ e fatos conexos, e com fulcro no art. 133, § 2º, da Lei nº 8.112/90, fica Vossa Senhoria CITADO para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa final no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista, na _______________. (endereço), nos dias úteis, das ___ às ___ horas e das ___ às ___ horas.

Em anexo, segue cópia integral do termo de indiciação e do referido processo disciplinar.
Informo que, nos termos do § 5º do art. 133 da Lei nº 8.112/90, o exercício da opção por um dos cargos/empregos/funções, no prazo acima indicado, se converterá, automaticamente, em pedido de exoneração do cargo preterido.

_____ (local), de _____ de _____ de 20 ___.

............................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)
Presidente

Ciente em __/__/20___.

............................................................
(Nome e assinatura do indiciado)
Modelo

Relatório
MINISTÉRIO_________
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 133, 140, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº_____, e (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário visando à apuração de possível abandono de cargo atribuído a _____________(nome, cargo, matrícula), em vista da ausência ininterrupta ao serviço de __/__/____(data inicial) a __/__/____(data final), conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº _____________.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________

TERMO DE INDICIAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ____, de ___ de ___, de ___, publicada no ____ (Boletim Interno ou DOU) nº ___, de ___ de ___, de 20___, do(a) ____________ (especificar o órgão), e tendo como último ato a designação feita pela Portaria ___, de ___ de ___, de 20___, publicada no ____ (DOU ou Boletim Interno) nº ___, de ___ de ___, de ___, após a coleta de todas as provas hábeis à formação de seu convencimento, decide por INDICIAR o servidor:

1) _______________ (nacionalidade, estado civil, ocupação, cargo, lotação, matrícula, carteira de identidade e CPF), conforme a(s) irregularidade (s), o conjunto probatório, ato(s) e fato(s) a seguir elencados:

   a) IRREGULARIDADE: abandono de cargo de ___ / ___ / ___ (data inicial) a ___ / ___ / ___ (data final) (indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias).

      • Especificar as provas que levaram ao convencimento do colegiado

      • A tipificação expressa

           __________, em ___ de ___ de 201__.

________________________________________
Presidente

________________________________________
Membro
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

CITAÇÃO

Ao Sr. **(nome do indiciado)**
**(unidade onde exerce seu cargo)**

Na condição de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº __, de ___ de ______ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ___ de ______ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº ___________ e fatos conexos, e com fulcro nos arts. 140 e 133, § 2º, da Lei nº 8.112/90, fica Vossa Senhoria **CITADO** para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa final no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista, na __________ (endereço), nos dias úteis, das ___ às ___ horas e das ___ às ___ horas.

Em anexo, segue cópia integral do termo de indiciação e do referido processo disciplinar.

______ (local), de _____ de______ de 201__.

............................................................................................
**(Nome e assinatura do presidente da comissão)**

Presidente

Ciente em __/__/201__.

............................................................................................
**(Nome e assinatura do indiciado)**
MINISTÉRIO_______
Órgão/Entidade

PORTARIA Nº , DE DE DE .

O (AUTORIDADE COMPETENTE), no uso da competência que lhe conferem (FUNDAMENTO LEGAL), e tendo em vista o disposto nos arts. 133, 140, 143 e 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº___, e (MEMBRO), (cargo), matrícula SIAPE nº _____, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário visando à apuração de possível inassiduidade habitual atribuída a (nome, cargo, matrícula), tendo em vista as faltas não justificadas ao serviço nos dias ______________(especificar cada um dos dias) durante o período de doze meses (_____________) (especificar o período), conforme consta dos autos do Processo Administrativo nº _______________.

Art. 2º - Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(AUTORIDADE COMPETENTE)
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº __________

TERMO DE INDICAÇÃO

A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº ____, de __ de __ de __, publicada no ____ (Boletim Interno ou DOU) nº ____, de __ de __ de 20___, do(a) ________________ (especificar o órgão), e tendo como último ato a designação feita pela Portaria ____, de __ de __ de 20___, publicada no ____ (DOU ou Boletim Interno) nº ____, de __ de __ de __, após a coleta de todas as provas hábeis à formação de seu convencimento, decide por INDICIAR o servidor:

1) ______________________, (nacionalidade, estado civil, ocupação, cargo, lotação, matrícula, carteira de identidade e CPF), conforme a(s) irregularidade (s), o conjunto probatório, ato(s) e fato(s) a seguir elencados:

   a) **IRREGULARIDADE**: inassiduidade habitual tendo em vista as faltas não justificadas ao serviço nos dias ______________(especificar cada um dos dias) durante o período de doze meses (______________) (especificar o período).

   - Especificar as provas que levaram ao convencimento do colegiado
   - A tipificação expressa

Local, __ de __ de 201__.

__________________________
Presidente

__________________________
Membro
MINISTÉRIO________
Órgão/Entidade
Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº ____________
(Endereço)
(Telefone e Endereço de Correio Eletrônico)

CITAÇÃO

Ao Sr. (nome do indiciado)
(unidade onde exerce seu cargo)

Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Portaria nº __, de ___ de _______ de _____, publicada no (Boletim de Pessoal/DOU), de ___ de _______ de _____, constituída para apurar irregularidades constantes do Processo nº ________________ e fatos conexos, e com fulcro nos arts. 140 e 133, § 2º, da Lei nº 8.112/90, fica Vossa Senhoria CITADO para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar defesa final no referido processo, permanecendo os autos à sua disposição para eventual obtenção de vista, na ____________ (endereço), nos dias úteis, das ___ às ___ horas e das ___ às ___ horas.

Em anexo, segue cópia integral do termo de indiciação e do referido processo disciplinar.

Local, ___ de ________ de 201__.

............................................................................
(Nome e assinatura do presidente da comissão)

Presidente

Ciente em __/__/201__.

............................................................................
(Nome e assinatura do indiciado)